

REGIÃO - PLURALIDADE E PERMANÊNCIA: DESAFIOS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA CATEGORIA EM GEOGRAFIA¹

Mirlei Fachini Vicente PEREIRA²

Resumo

O artigo destaca como a região – uma das mais tradicionais categorias de análise da ciência geográfica, enfrenta desafios e toma novas formas em seus conceitos, respondendo aos imperativos impostos pelo atual processo de globalização. São destacados aspectos históricos e contemporâneos da região em seus diversos conceitos, e também apontados alguns de seus desafios e tendências atuais.

Palavras-chave: Região; Categoria e conceitos; Geografia; Globalização.

Resumé

Région – pluralité et permanence: défis et tendances contemporaines de la catégorie en géographie

L'article met en évidence comme la région, une des plus traditionnelles catégories d'analyse de la science géographique, fait face aux défis et prend de nouvelles formes dans ses concepts, en réponse aux impératifs imposés par l'actuelle globalisation. Des aspects historiques et contemporains de la région sont mis en évidence en leurs concepts, et sont aussi montrés quelques des leurs défis et tendances actuelles.

Mots-clé: Région; Catégorie et concepts; Géographie; Globalisation.

¹ Artigo desenvolvido originalmente como avaliação do curso "Historiografia do conceito de região: da gênese aos novos paradigmas", ministrado pela Prof^a. Dra. Meri Lurdes Bezzi (UFMS-RS), no 1.º semestre de 2003, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGCE - UNESP, Rio Claro.

² Aluno do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGCE – UNESP. Professor Substituto-Auxiliar do Curso de Geografia, Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa - MG. e-mail: mirleipereira@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Todo o esforço de análise pressupõe a existência de um método e de um corpo teórico e conceitual eficiente, capaz de oferecer uma operacionalidade eficaz no tratamento da realidade. É com esse intuito que as ciências elaboram todo um sistema articulado de referências e idéias, um conjunto de categorias e conceitos que nos permitem teorizar a realidade.

Em geografia isto não é diferente, e é essa elaboração de um conjunto de categorias, e estas, por sua vez, se desdobrando em diferentes conceitos, que permite aos geógrafos pensarmos e teorizarmos o espaço geográfico, numa trajetória do pensamento que vai do concreto ao abstrato. Como nosso objeto de análise é um todo dinâmico, os conceitos e teorias acerca do espaço geográfico devem ser constantemente renovados, contribuindo assim para o desenvolvimento teórico e epistemológico da geografia.

A região talvez seja um dos conceitos geográficos mais disseminados entre a totalidade dos saberes, sendo empregado por uma série de outras ciências e utilizado quotidianamente na mídia e pelo senso comum. Como nos alerta Roberto Lobato Corrêa, "A diferenciação de áreas, resultante tanto de processos da natureza como sociais (...) constitui-se na base da possibilidade de se poder falar em região" (CORRÊA, 2001, p.191).

Para Maria Angela Faggin Pereira Leite, a gênese da região se inicia quando o homem deixa de ser nômade, e passa a manter uma ligação mais estável com o espaço que o circundava, havendo assim a percepção da diversificação dos lugares, ocasionando um desenvolvimento das técnicas de produção, que, utilizando os recursos dos diferentes lugares, iniciaram o processo de regionalização (LEITE, 1994, p.13).

Desta forma, o uso do conceito de região sempre esteve relacionado à diferenciação de áreas, ou melhor, aos diferentes recortes do espaço geográfico, em suas particularidades, através do tempo e do próprio desenvolvimento da ciência geográfica.

A geografia foi sem dúvida a ciência que mais se preocupou em estabelecer uma cientificidade ao termo região, tomando-o, desde os seus primórdios, como uma de suas principais categorias analíticas. Muitos trabalhos têm sido produzidos especificamente sobre a categoria região, destacando, entre outros temas, a historiografia de seus conceitos (BEZZI, 1996), sua importância e caráter de tradicionalidade em geografia (CORRÊA, 2001), suas relações com a ciência geográfica (LENCIONI, 1999), a compartimentação atual dos territórios (SILVEIRA, 2003), e mesmo as suas "mortes e ressurreições" (HAESBAERT, 2002a), o que nos leva a crer na vitalidade e relevância do debate atual sobre o tema.

Assim, nosso objetivo é destacar como a região tem enfrentado os desafios e mesmo tomado novas características, respondendo aos imperativos impostos pelo atual processo de globalização neste início de século. Para tanto, entendemos que se faz necessário uma análise preliminar dos vários conceitos atribuídos à categoria região ao longo do tempo, para posteriormente indicarmos os atuais problemas enfrentados, e também as suas tendências de permanência.

BREVE ESTUDO DA EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE REGIÃO EM GEOGRAFIA

Cabe-nos agora, ainda que sem a pretensão de produzir um exercício exaustivo nem acabado, retomar alguns pontos principais da evolução dos conceitos atribuídos à categoria região no desenrolar do pensamento geográfico, visto que entende-

mos ser este exercício primordial para que seja explicitada qualquer tentativa posterior de compreensão da atual vitalidade do conceito.

Segundo Gomes, desde o império romano, o termo região era utilizado para designar áreas que dispusessem de uma administração local e fossem assim subordinadas às regras e ao poder hegemônico de Roma. Em sua história, a categoria região apresentou desde os primórdios implicações políticas e culturais, e mesmo de diversidade espacial (GOMES, 2001, p.50-51).

No século XIX, a geografia já está estruturada como ciência, baseando-se em estudos que procuravam compreender as relações entre homem e natureza, tendo o conhecimento dos lugares como um interesse não apenas exploratório e científico, mas também político. Os principais geógrafos desta época foram os alemães Alexander von Humboldt e Carl Ritter, que conferem um grande desenvolvimento à ciência geográfica, promovendo o reconhecimento de muitos territórios até então desconhecidos. É com Carl Ritter que os fundamentos dos estudos regionais, ou de uma Geografia Regional, se estabelecem (LENCIONI, 1999, p.93).

Assim, o termo região já aparecia como um elemento da geografia física, para consideração de diferentes porções do espaço, como por exemplo as bacias hidrográficas e outras demarcações naturais; e o conceito de *região natural* foi largamente difundido entre os geógrafos por um longo tempo (GOMES, 2001). A idéia corrente era a valorização da relação homem-natureza, tendo como elemento determinante os aspectos físico-naturais, o que acabou denominando esta abordagem de "determinista", ou ainda "determinismo geográfico" (BEZZI, 1996, p.322).

Mas é na chamada Geografia Moderna que se estabelece o que ficou conhecido como "paradigma regional". A geografia já era considerada uma ciência sólida, e a região passa a ser encarada como seu objeto de estudo. O maior expoente desta época foi o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, que tinha na idéia de *região geográfica* a integração e síntese dos aspectos humanos e naturais, realizando a unidade entre homem e natureza (LENCIONI, 1999, p.104).

A região lablachiana pode ser resumida como

[...] uma unidade de análise geográfica, que exprimiria a própria forma de os homens organizarem o espaço terrestre. Assim, a região não seria apenas um instrumento teórico de pesquisa, mas também um dado da própria realidade. As regiões existiriam de fato, e caberia ao geógrafo delimitá-las, descrevê-las e explicá-las. A região seria uma escala de análise, uma unidade espacial, dotada de uma individualidade, em relação a suas áreas limítrofes (MORAES, 1999, p.75).

Essa perspectiva da geografia ficou denominada de "possibilista", ou ainda, "Possibilismo Geográfico", pois entendia que o meio oferecia diferentes possibilidades para os homens, que nele inscreviam as diferentes paisagens e modos de vida.

Na época, a prática geográfica baseava-se principalmente no estudo das questões regionais, ficando conhecida como o período das chamadas "monografias regionais", em que se estabelecia uma determinada região (normalmente uma bacia hidrográfica), e eram esgotadas todas as suas possibilidades de estudo, num elenco de variáveis (clima, relevo, aspectos econômicos, populacionais, etc.), fazendo com que a geografia tomasse um caráter descritivo das paisagens, com uma preocupação em explicar as diferenças do que parecia em cada região como algo particular e único. Disto advém uma preocupação em considerar a geografia uma "ciência fraca", que não produzia explicações gerais, caracterizando-a como uma disciplina idiográfica.

Da forma como estava sendo conduzida, a abordagem regional acabou se tornando monótona (LENCIONI, 1999). A geografia, que se preocupava com a explicação do que era único e singular, passa então a se preocupar com explicações mais gerais. No século XIX, o mundo passa por profundas evoluções técnicas, com a sociedade e seu espaço se tornando mais mecanizados e industrializados, e portanto, mais artificiais.

A geografia preocupa-se, então, em se estabelecer como uma ciência que não estuda apenas o particular, o único, mas que busca a formulação de leis universais. Ainda na primeira metade do século XX, principalmente entre os geógrafos americanos e ingleses, surge um esforço intelectual para construir uma "linguagem científica" para a geografia. Inspirados no Positivismo Lógico e no método dedutivo, um grupo de geógrafos passa a considerar que os enunciados científicos só seriam pertinentes se fossem passíveis de verificação empírica. Surge então a chamada Nova Geografia ou Geografia Teorética ou Quantitativa, profundamente marcada pela utilização de modelos matemáticos, buscando a partir desta metodologia encontrar uma ordem lógica na organização do espaço. O mundo passa a ser encarado pela perspectiva sistêmica, de integração e correlação entre as partes, uma totalidade fechada e sistematicamente estruturada, e nessa situação, a região passa a ser entendida pela geografia teorética ou quantitativa como o "subespaço de um sistema" (LENCIONI, 1999, p.137).

Em busca de uma generalização das teorias geográficas, o conceito de região toma um caráter novo. Surgem conceitos como os de *região homogênea* e *região funcional*, que foram operacionalizados como instrumentos de prática de planejamento, e empregados nos planos de desenvolvimento governamentais (GOMES, 2001).

Assim, como destaca Bezzi, a noção de região na geografia quantitativa

[...] adquiriu uma conotação de área classificada, constructos analíticos, de acordo com um ou mais critérios, os quais obedeciam à sua aptidão, à localização, à acessibilidade, à produção, entre outras variáveis. Tal fato tornou a região um elemento importante para a solidificação da fase monopolista do capital regional, nacional e mundial (BEZZI, 1996, p.325).

Os questionamentos teóricos da Nova Geografia ou Geografia Teorética, segundo Lencioni (1999), passam somente a situar-se no nível dos modelos matemáticos. Os impasses e problemas advindos dos procedimentos na análise geográfica e regional, principalmente os que tratavam das questões sociais, eram creditados à imperfeição das técnicas e dos modelos analíticos.

Em meio a um turbilhão de mudanças e críticas ao que era produzido, a geografia entra em crise. Os problemas conhecidos pela Geografia Teorética deram oportunidade para o surgimento de novas abordagens na ciência geográfica, que se consolidariam como novos paradigmas na Geografia, como é o caso da abordagem fenomenológica.

A fenomenologia, concebida por Edmund Husserl, se constitui numa corrente filosófica que considera os objetos como fenômenos, os quais devem ser analisados como aparecem na consciência (LENCIONI, 1999, p.149). Surge, a partir de então, uma corrente geográfica de inspiração fenomenológica, que passa a ser referida como Geografia da Percepção ou Humanística, na qual a intuição passou a ser um elemento constitutivo e importante do processo de conhecimento. O maior expoente desta geografia foi Yi-fu Tuan, com seu livro *Topofilia* (1980).

Mas esta geografia de cunho fenomenológico entende o espaço como algo que transcende a materialidade, e que por isso é repleto de significados. Assim, a corren-

te humanista propõe um conceito diferente para a categoria região, entendida como a área que pode ser reconhecida como espaço vivido, sendo assim uma consciência dos homens, nascida do sentimento de pertencê-la (GOMES, 2001). No entanto, a região nesta corrente geográfica passa a ser entendida como sinônimo de espaço percebido, e mesmo acaba sendo confundida com a idéia de lugar, categoria privilegiada pela abordagem fenomenológica.

Surge então, na década de sessenta do século passado, uma nova corrente que fora denominada “Geografia Ativa”, como uma resposta à Nova Geografia e a Geografia da Percepção (LENCIONI, 1999). Para esta corrente geográfica, através de uma ação via institucional, poderia organizar-se o espaço, onde este alcançaria então um desenvolvimento socialmente mais justo.

A região neste contexto passa a ser reconhecida como um objeto de intervenção, e os estudos regionais passam a ter fronteiras mais estreitas com a ciência social e a economia. Segundo Lencioni (1999), desta Geografia Ativa evolui uma nova corrente que ficaria conhecida como Geografia Crítica ou Radical, de influência marxista. Esta geografia está ancorada na perspectiva historicista, entendendo que a relação do homem com a natureza e com os outros homens é intrinsecamente social e histórica. A região nesse contexto é entendida como uma realidade histórica, e a geografia passa a ser vista como um instrumento de transformação. Entre os maiores expoentes desta corrente estão o francês Yves Lacoste, e no Brasil, o geógrafo Milton Santos. Esta corrente Crítica argumentava que o espaço se diferencia antes de tudo pela divisão do trabalho, e que as regiões, então, se distinguiriam pela divisão sócio-espacial do trabalho (GOMES, 2001), conceito aceito e difundido até os dias atuais.

A GLOBALIZAÇÃO E SEUS DESAFIOS À REGIÃO

O debate geográfico contemporâneo, apesar das inúmeras controvérsias, parece admitir dois aspectos principais em relação à problemática da região neste período de globalização. O primeiro, sem dúvida, é a admissão de que o processo de globalização vigente promove inegáveis mudanças às antigas conceituações de região, chegando a ponto de colocar em dúvida, em determinadas circunstâncias, sua legitimidade. Um segundo aspecto é que a quase unanimidade dos trabalhos atuais expõe uma opinião que também é nossa – a região não é anulada pelo processo de globalização, que por vezes acaba por reforçar o fenômeno regional.

Para Gomes (2001), apesar de o processo de globalização ser caracterizado por um discurso de homogeneização das relações sócio-espaciais nos diversos lugares, a região enquanto fenômeno espacial estaria fazendo o percurso inverso, pois, se ela se caracteriza por algo limitado e singular, estaria assim confrontando as “práticas homogeneizantes” das “lógicas globalitárias”. Certamente, a validade da categoria região não é destruída; surgem novas conceitualizações do fenômeno que hoje ganha uma complexidade ainda maior. Assim, como nos alerta Roberto Lobato Corrêa, “com a globalização o caráter particular da região, não mais dotada de autonomia, como talvez pudesse ser concebido em relação às velhas regiões-paisagens européias, fica claramente evidenciado (CORRÊA, 2001, p.193).

A globalização, de certa forma, promove uma onipresença do mundo em seus diferentes lugares (SANTOS, 1997a), é a emergência de uma articulação mais forte entre os diferentes pontos do território e seus agentes, permitindo, ainda que com as suas inúmeras contradições e seletividades, um movimento mais fluido das ações no tempo e espaço em escala planetária.

Porém, a instalação desses objetos e ações globalizantes é em sua maioria voltada para a racionalidade do capital, manifestando se concretamente no espaço e fazendo surgir novas regiões produtivas segundo os seus próprios interesses, mas que ao mesmo tempo, e devido ao próprio caráter de seletividade do capital, acaba por excluir inúmeras partes do globo deste movimento, aprofundando assim ainda mais as diferenças. Como alerta Santos,

O mundo, como um todo, tornou-se uno para tender às necessidades da nova maneira de produzir, que passa por cima das regiões, países, culturas etc. Mas enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o planeta, a produção se especializa regionalmente (SANTOS, 1997b, p.46).

Como a realidade do espaço geográfico atual denuncia, o movimento “globalizatório” não faz com que as diferenças e particularidades do território desapareçam. Assim, o próprio movimento de homogeneização que é imposto às variadas instâncias da vida social contemporânea, acaba, concomitantemente, por produzir uma série de “respostas” locais (ou regionais) à este processo maior, num movimento dialético de reação às ordens impostas de fora. Nas palavras de Sandra Lencioni,

As diferenças emergem e se contrapõem ao processo que tende a anulá-las. Daí a análise regional que, voltada para as particularidades, pode revelar aspectos da realidade que seriam mais difíceis de serem percebidos e analisados se considerados apenas do ponto de vista global (LENCIONI, 1999, p.192).

Assim, das fissuras provocadas pelo processo de globalização, emergem novos recortes regionais, ainda mais complexos, em muito diferenciados das antigas idéias de região, que, agora, não mais respondem ou explicam o fenômeno de forma suficiente.

Esta atual complexidade do fenômeno regional pode ter servido de base para o (re)aparecimento de outros conceitos, que, apesar de também não se apresentarem livres dos desafios impostos pelo espaço-tempo neste chamada pós-modernidade, se apresentam como menos “comprometedores” do que o conceito de região nas análises geográficas contemporâneas.

ENTRE TERRITÓRIO, LUGAR E REDES - HÁ “ESPAÇO” PARA A REGIÃO?

É preciso levarmos em conta que ocorre uma forte tendência de utilização de conceitos “novos” ou renovados em geografia, que, a nosso ver, aparecem como resposta aos desafios impostos neste período atual, que confere ao espaço geográfico, e, consequentemente, às suas análises, uma complexidade maior. Referimo-nos aos conceitos de território, lugar e principalmente ao de redes, que, entre alguns outros, parecem atualmente tomar nova força, por vezes ofuscando o conceito de região nas análises geográficas.

Atualmente, o *território* aparece como a categoria mais notável da geografia. Em vasta bibliografia geográfica, e no Brasil, especialmente nas obras que compartilham do conjunto de reflexões realizadas a partir do pensamento do professor Milton Santos, o território é mesmo entendido como o objeto privilegiado da ciência geográfica (SANTOS, 2000).

Mas a categoria território ganha força nos atuais estudos de geografia, visto que ela passa a ser entendida como o resultado das ações humanas e de suas relações de poder no espaço. Estamos nos referindo ao conceito de território proposto por Raffestin, que o considera como o “[...] resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143). Prolifera-se também, da geografia econômica à geografia cultural, um outro conceito correlato à idéia de território – a “territorialidade”; que denota aquela porção do território onde se manifesta determinado fenômeno (RAFFESTIN, 1993).

Assim, o território é por nós entendido não apenas como um recorte político-administrativo, mas como o espaço usado e por isso resultante de uma ação – da prática de um trabalho. Podemos mesmo entendê-lo como sinônimo de espaço geográfico, o “espaço banal”, ou ainda, como “território-usado”, tal como propõe Milton Santos (2000).

É o resultado de um movimento de reafirmação da unidade da geografia como ciência social, que acaba por privilegiar o conceito de território, como espaço usado e produzido pela sociedade, o que, de certa forma, acabou provocando um “ofuscamento” do termo região.

Outra categoria de análise que tem atualmente tomado um novo vigor em geografia é a categoria *lugar*. Como já destacamos, apesar de o processo de globalização impor uma série de características homogeneizantes, haveriam certas resistências, genuínas ou mesmo produzidas, caracterizando determinadas porções do território como particulares, ou seja – os “lugares”, e mais “modernamente” – as “localidades”. O lugar, de uma forma geral, pode ser considerado, assim como a região, um recorte territorial, produto e resultado de um acontecer específico e circunscrito no território, em escalas espaciais variadas.

Este retorno do lugar nas análises geográficas resulta também de uma retomada dos estudos da “Geografia Fenomenológica” ou do Comportamento, que prioriza a categoria lugar em suas abordagens, ainda que com variações significativas do conceito. Nas palavras de Tuan, “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (1983, p.151). Este conceito de lugar nos leva a pensar a existência da relação com um “meio mais próximo”, ou seja, seriam lugares “menores”, aqueles diretamente abarcados pela experiência e vivência humanas.

Mas os conceitos atribuídos à esta categoria também são múltiplos. Analisando a questão da localidade no mundo contemporâneo, o sociólogo Alain Bourdin destaca que é o local que “coloca em forma o mundo da vida diária, sendo ele próprio fundador da relação com o mundo do indivíduo, mas igualmente da relação com o outro, da construção comum de um sentido que faz o vínculo social [...]” (BOURDIN, 2001, p.36).

Entendemos que o lugar, enquanto categoria de análise da geografia, é onde o mundo e as ações de determinada sociedade se concretizam de uma forma mais imediata, resultando assim das relações sociais e de sua interação com o meio geográfico, e é por isso que “o lugar permite a co-presença, a convivência, a contiguidade, a vizinhança, a interação, enfim, o estar juntos” (ARROIO, 2001, p.58). Nessa perspectiva o lugar comporta uma escala espacial maior, e por vezes pode ser confundido com a idéia de região.

No entanto, entendemos que na atualidade o lugar se constitui numa interação com o mundo, assunto já destacado por Haesbaert, que, recorrendo a Doreen Massey, nos alerta para uma superação da “[...] visão de lugar como espaço de fronteiras bem definidas e sua substituição por um lugar de conexões, «momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais» [...]” (HAESBAERT, 2002b, p.140).

É também nesse sentido que o lugar, ou ainda, a chamada “escala local”, passam a ser mais valorizados. Assim, os “governos locais”, tão em voga, são uma característica dos aparelhos políticos do mundo moderno, funcionando como instrumentos de descentralização das ações de governo (SCOTT, 2001, p.153-4). Daí advém a idéia de que é da escala local que surgem possibilidades de um “desenvolvimento autônomo”, ou ainda, o aclamado “desenvolvimento local”, que emerge a partir da dualidade local/global na nova reestruturação das escalas espaciais, como propõe Benko (2001). Ocorre paralelamente a este movimento uma apropriação do mercado na valorização das diferenças locais, produzindo “localidades” que acabam figurando como “produtos singulares” no mercado.

Assim, apesar da brevidade de nossa análise, podemos entender que a categoria lugar também sofre uma série de problemas, tal como a região, visto que são múltiplos os aspectos que ela denota, conferindo grande variedade de conceitos ao termo. O maior dilema parece ser a falta de uma delimitação desta nova tendência da “abordagem local”, que por vezes pode se confundir com a região, ou ainda, verdadeiramente, expressar os dois fenômenos. De forma mais direta – até que ponto o “local” tão referido na expressão “local-global” não pode ser entendido, ou de fato não o é, o “antigo” e velho conhecido “regional”? Haveriam escalas espaciais para a categoria lugar, ou mesmo para o fenômeno regional no período de globalização em que vivemos?

A polêmica acaba sendo ainda maior quando confrontamos o conceito de região à idéia de *redes*. Entendemos que este é o termo que deverá ganhar maior notoriedade no futuro das análises geográficas, “ameaçando” ou distorcendo não só as regiões, mas mesmo impondo profundas mudanças também às categorias lugar e território³.

Essas redes são as diversas infraestruturas de ligação, materiais ou imateriais, que possibilitam a relação entre diferentes pontos do território. Tomando o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1997a), a rede pode ser compreendida como um sistema racionalmente orientado pela e para a ação de determinado agente territorial, para a coordenação de seus trabalhos que fluem, hierarquicamente ou não, entre objetos e pontos específicos no território, dinamizando assim a realização das ações.

Também é notável que a grande maioria dessas infraestruturas adicionadas ao território se encontram a serviço dos macroatores da economia globalizada – as grandes empresas, os grupos econômicos globais, os bancos internacionais, etc., conferindo-lhes um caráter inerente de seletividade espacial. Como adverte Leila Christina Dias,

À escala planetária ou nacional, as redes são portadoras de ordem – através delas as grandes corporações se articulam, reduzindo o tempo de circulação em todas as escalas nas quais elas operam; o ponto crucial é a busca de um ritmo, mundial ou nacional, beneficiando-se de escalas gerais de produtividade, de circulação e de trocas. Na escala local, estas mesmas redes são muitas vezes portadoras de desordem – numa velocidade sem precedentes engendram processos de exclusão social, marginalizam centros urbanos que tiravam sua força de laços de proximidade geográfica e alteram mercados de trabalho (DIAS, 2001, p.154).

³ Veja por exemplo o trabalho de Pierre Veltz (2000), quando o autor alega que o território das redes dá lugar a um verdadeiro território em rede (p.65), propondo o conceito híbrido “território-rede”.

Certamente as noções de região também irão sofrer as consequências dessas redes globais, que hoje recortam e articulam os territórios. Como já destacou Milton Santos,

Até recentemente, a superfície da Terra era utilizada segundo divisões criadas pela natureza ou pela história, chamadas regiões, e que, de um modo geral, constituíam a base da vida econômica, cultural e, não raro, política. [] Hoje, graças ao processo das técnicas e das comunicações, a esse território das regiões superpõe-se um território das redes. Mas não se trata de um espaço virtual, como alguns pretendem. As redes são realidades concretas, formadas por pontos interligados que, praticamente, se espalham por todo o planeta, ainda que com densidade desigual, segundo continentes e países (SANTOS, 2002, p.82).

Assim, o conceito de rede invade as análises geográficas, propondo mudanças nas antigas noções de região. No atual período, as chamadas “regiões ganhadoras”, como propõem Benko e Lipietz (1994) seriam aquelas em que estão contidas as “redes de distritos”, ou ainda, os “distritos de redes”, tendo sua expressão espacial nas metrópoles dos “países ganhadores”. Storper e Bennet (1994) também se envolvem neste debate, quando afirmam que atualmente são as regiões que se inserem nas redes de produção nacionais/internacionais dos grandes agentes da economia mundial.

Rogério Haesbaert (2002a, p.34), discutindo a região como expressão de identidade cultural, irá propor o binômio “rede-regional”, para designar “regionalismos” comuns mas descontínuos no território. Mas, até que ponto esses e outros fenômenos, constituídos pelas redes presentes no território, realmente podem ser caracterizados como regiões?

A rede, ao contrário de muitas noções de região, parece conter uma especificidade comum deste chamado período “pós-moderno” – a mobilidade, a rapidez e o efemerismo, que não são “vistos com bons olhos” em nenhuma análise regional mais tradicional. É aqui que a rede aparece como um “termo polivalente” na análise do espaço geográfico contemporâneo.

A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando o território: tanto liberta como aprisiona (RAFFESTIN, 1993, p.204).

Mas ao mesmo tempo que essas redes funcionam como condição para a globalização, elas também acabam por se disseminar de forma diferenciada no território, fazendo assim emergir novas particularidades e diferenças territoriais. Como destaca Milton Santos, “sua qualidade e quantidade distinguem as regiões e os lugares, assegurando aos mais bem dotados uma posição relevante e deixando aos demais uma condição subordinada” (SANTOS, 2002, p.82). Esses vetores organizacionais do território, onde se incluem as redes, em suas diferentes densidades no espaço geográfico, é que fazem emergir diferentes espaços, ou ainda, “distintas regiões”, que, grosso modo, poderíamos distinguir entre “espaços opacos ou luminosos”, ou ainda, entre “regiões do mandar e regiões do fazer” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.22).

A REGIÃO PERSISTE: TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA REGIÃO EM GEOGRAFIA

Como já destacamos, o processo de globalização que ora assistimos não foi capaz de aniquilar as diferenças territoriais, o que acaba por fazer persistir o fenômeno regional na atualidade. O conceito de região é então utilizado para designar uma série de fenômenos espaciais que acabam por dotar certos recortes territoriais de alguma particularidade e coerência funcional. Podemos assim observar que a diferenciação espacial que nos permite falar em região “[...] está intimamente ligada às formas de produção que vigoram em determinado momento histórico” (LEITE, 1994, p.14).

Desta forma, a região pode ser encarada como o resultado de um conjunto de atividades econômicas e sociais que surgem como resposta à dinâmica centrípeta dos processos de aglomeração espacial (SCOTT, 2001, p.152). A categoria também tem sido utilizada para retratar certos fenômenos contemporâneos, tal como a articulação regional de determinada produção agrícola ou industrial estabilizada no território, como por exemplo nas “regiões-base de produção”, como propõe Storper (1994, p.23). Para o autor, essas regiões-base seriam aquelas

[...] cuja inserção nos mercados mundiais não se baseia principalmente nos custos de produção, mas na qualidade de recursos e na rede de interdependências – tanto comerciais como não-comerciais – entre as atividades, de modo que não sejam facilmente subtraíveis do contexto territorial. São ‘base’ porque são altamente territorializadas [...] (STORPER, 1994, p.23)

Podemos encontrar outras manifestações do fenômeno regional que emergem neste período, onde a densidade técnica-informacional, e o próprio movimento de articulação das relações no território por ela constituído deve ser levado em conta. Um exemplo recente é a regionalização proposta por Milton Santos e María Laura Silveira, reconhecendo quatro grandes regiões no território brasileiro neste período técnico-científico-informacional (SANTOS & SILVEIRA, 2001). Assim, estas regiões contemporâneas resultam do próprio movimento de organização e reorganização do capital produtivo no território, delineando nova coerência, tendências e fluxos que ditam as especificidades entre as diferentes porções territoriais.

Existe também um conceito de região que designa os blocos econômicos ou zonas de integração (União Européia, Nafta, entre outros), resultantes de “acordos regionais”, empregado principalmente por autores das ciências econômicas⁴. O emprego do conceito de região nesse sentido estaria perdendo seu caráter tradicional de espaço intra-nacional, ou mesmo a sua contiguidade espacial. Este fato deve ser encarado com muito cuidado, e carece de um maior aprofundamento teórico, mas também empírico, que necessita uma série de discussões que poucos teóricos estão dispostos a enfrentar ou responder. Enfim, serão estes blocos econômicos “regiões consolidadas” ou mesmo regiões em formação? Como já destacou Gomes (2001, p.73) estes usos fazem com que a região corra ainda mais o risco de cair num sentido de “senso comum”, visto que o conceito passa a ser utilizado para designar fenômenos muito diferenciados.

Uma outra problemática contemporânea em que a região aparece é no discurso que valoriza a compartimentação do território, que passa a ser dividido e

⁴ Veja por exemplo o trabalho de Jean-Marc Siroen (2000).

instrumentalizado para a ação das grandes empresas, na maioria das vezes apoiadas pelo poder público, como destaca Maria Laura Silveira (2003). Desta forma, a autora conclui que as regiões passam a figurar como “marionetes da modernização globalizadora” (SILVEIRA, 2003, p.414), valorizando e diferenciando objetos técnicos e espaços que são preparados para um uso privado, sendo legitimados como formas de “viabilização do território”, que, como denuncia a autora, não passa efetivamente de sua verdadeira ingovernabilidade, pois estas porções do território passam a ser reguladas por agentes que visam somente interesses particulares.

Por fim, é notável que a categoria região continua existindo, em uma diversidade de conceitos nas análises geográficas e mesmo de outras ciências. Como destaca Lencioni,

[...] a escala regional, como escala intermediária de análise, como mediação entre o singular e o universal, pode permitir revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais. Nesse sentido, o regional pode se reabilitar frente ao global, como particularidade da globalização e, assim, a própria noção de região também se reabilita. (LENCIONI, 1999, p.194).

Existem ainda algumas outras formas de abordagem regional na atualidade. Destacaríamos, entre outras, a região entendida como expressão de identidade cultural. Essa abordagem é baseada numa retomada da chamada Geografia Cultural, de cunho humanista, ou ainda, de uma perspectiva fenomenológica, aproximando-se assim do chamado “espaço vivido”. Esta região, como destaca Bezzi,

[...] seria definida pela identidade de um determinado grupo social com uma determinada porção do território. Entretanto, as peculiaridades do grupo social e a singularidade do lugar são os elementos que fornecem a identidade regional, fazendo com que as porções do território sejam diferenciadas e configurem-se como regiões (BEZZI, 2002, p.12).

Este conceito de região remete também à idéia de regionalismo, que pode ser compreendido, segundo Iná Elias de Castro, como um movimento político vinculado à identidade territorial, “a expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões ou o próprio Estado” (CASTRO *apud* BEZZI, 2002, p.13).

Este regionalismo, ou a formação da identidade regional, seria assim responsável pela formação de regiões caracterizadas como

[...] um espaço (não institucionalizado como o Estado-Nação) de identidade cultural e responsabilidade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução (HAESBAERT, 2002a, p.32).

Essas perspectivas são relativamente recentes e pouco numerosas, e deverão ser mais bem desenvolvidas, assim como outras demais tendências contemporâneas. Um problema a ser enfrentado pelo entendimento da noção de região como espaço vivido é justamente a nítida aproximação da idéia de lugar, e a indefinição de uma escala espacial, como já havia ocorrido na chamada Geografia da Percepção.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a região é uma das categorias mais antigas e tradicionais da geografia, e, justamente por isso, está “pagando um alto preço” por sua permanência neste período contemporâneo. Resta-nos ainda pensarmos uma questão – Até que ponto o fenômeno regional existe enquanto realidade empírica no espaço geográfico, ou será ele apenas uma realidade que vive (ou sobrevive) no “vocabulário” atual de nossos estudos?

Neste período denominado por alguns de “pós-modernidade” (HARVEY, 2001), notadamente marcado por uma efemeridade intrínseca à totalidade dos fenômenos, a região acaba também por se tornar mais “efêmera”, “volátil”, por vezes se “desmanchando” antes mesmo de tomar maior solidez, acabando por perder um pouco da sua visibilidade e concretude. No entanto, como já alertou Milton Santos, “[...] o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial” (SANTOS, 1997a, p.197).

O que nos parece mais importante é destacar o atual caráter de pluralidade e permanência da categoria região em seus diversos conceitos. É como afirma Roberto Lobato Corrêa, destacando que a atual vitalidade da região está contida em seu caráter de “particularidade dinâmica”, ou ainda, em sua “fragmentação articulada” (CORRÊA, 2001).

Assim, o fenômeno regional evolui para um novo significado na atualidade, sendo visto a partir de novas perspectivas. Segundo Sandra Lencioni (1999), a região passa a ser compreendida como um conceito eminentemente humano e intelectual; também passando, com a emergência do fenômeno da globalização, a se transformar em uma verdadeira mediação entre o lugar e o mundo, o local e o global.

A permanência do conceito parece estar atrelada, simultaneamente, à sua unidade e diversidade, permitindo assim, até os dias atuais, entendermos a região como uma porção ou recorte espacial funcional para a realização do território em suas especificidades. É a presença, como já disse Milton Santos, de um verdadeiro “cimento regional” (SANTOS, 2002, p.33), que confere a determinado espaço uma certa coerência interna ou mesmo imposta de fora. Como destaca Corrêa, “[...] trata-se sempre de um segmento da superfície da terra, dotado de uma qualificação diferenciadora em face a outros segmentos. É essa diferencialidade que estamos interessados em compreender” (CORRÊA, 1987, p.51).

Assim, o caráter de organicidade encontrado por exemplo nas antigas “regiões geográficas” da geografia tradicional de La Blache, marcadas por uma independência considerável nas relações de produção, e que ainda existiam até poucas décadas em alguns pontos do planeta, foi sendo substituído por um caráter cada vez maior de (inter)dependência de espaços vizinhos ou longínquos, participando de uma solidariedade organizacional comandada pelos agentes que controlam a produção neste período técnico-científico-informacional. Ou seja, “se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização” (SANTOS, 1997b, p.46).

O desenvolvimento técnico-informacional próprio deste período de globalização acaba por promover uma sobreposição de diferentes fenômenos ou eventos no território, e assim, as regiões contemporâneas não só se diferenciam e se delimitam, como também se encontram muitas vezes sobrepostas no território. Dessa forma, a dimensão regional, nos moldes atuais, ganha uma complexidade nunca vista, ou seja,

Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento

no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto dos agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos (SANTOS, 1997b, p.46).

Diferenciado pelas mais diversas ações sociais, e principalmente pelo processo de produção e arranjo econômico nas mais diversas escalas, o espaço geográfico atual se (re)organiza em regiões, cada qual dotada de uma racionalidade e especificidade próprias, num movimento dialético de interação entre o todo e as partes, e vice-versa.

Como destaca Meri Lurdes Bezzi,

As partes, enquanto distintas totalidades também notáveis, consistentes, tanto produzem e reproduzem seus próprios dinamismos, como assimilam diferenciadamente os dinamismos provenientes da sociedade global, enquanto totalidade mais abrangente. [E assim,] É no nível do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório, que se expressam diversidades, localismos, singularidades e particularismos (BEZZI, 1996, p.334).

Para finalizarmos, cabe-nos pensar mais um questionamento que se impõe como fundamental nos debates teóricos contemporâneos – Pode a ciência, em seu esforço de análise e teorização da realidade, abarcar com a mesma rapidez o dinamismo acelerado deste mundo que ora assistimos?

A realidade do espaço geográfico atual parece nos apontar que tanto as idéias e conceitos de região, como também a sua manifestação enquanto fenômeno espacial, continuam a existir de uma forma nova ou renovada, ainda que suas evidências de coerência pareçam mais tênues, mas não menos integradoras. Seus efeitos continuam presentes e por vezes se manifestam de forma mais forte na diferenciação dos territórios. O que acontece, com a emergência ou maior visibilidade de outras categorias que passam a ser mais empregadas, é que a região esteja, talvez, e ainda que lentamente, perdendo o seu caráter de tradicionalidade ou prioridade nas análises do meio geográfico contemporâneo.

Muitas análises geográficas não mais privilegiam o fenômeno regional, porque, mais do que simplesmente delimitar ou reconhecer os seus limites, é atualmente mais difícil explicar a sua dinâmica interna e suas relações externas, suas qualidades e particularidades, seu conteúdo territorial que o torna diferente e único, conferindo-lhe assim uma complexidade nunca vista em sua longa trajetória, muito além de ser compreendida como um todo pelas tendências que ora encontramos.

Referências

ARROIO, Mónica. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (org.) **Ensaio de Geografia Contemporânea**. Milton Santos: Obra revisitada. São Paulo: Hucitec; Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001. p.280-284.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Interações**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, vol.1, n.º 2, p.7-12, 2001.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. Das redes de distritos aos distritos de redes. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). **As Regiões Ganadoras. Distritos e redes**: Os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994. p.247-253.

BEZZI, M. L. Região como foco de identidade cultural. **Geografia**, Rio Claro, v.27, n.º 3, p.5-19, 2002.

BEZZI, M. L. **Região**: Uma (re)visão historiográfica – Da gênese aos novos paradigmas. 1996, Tese (Doutorado em Geografia) IGCE, UNESP, Rio Claro, 1996.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. São Paulo: DP&A, 2001.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 2º.ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001. p.183-196.

CORRÊA, R. L. Algumas considerações sobre análise regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 49 (4), p.47-52, 1987.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. **Geografia**: Conceitos e Temas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.141-163.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia**: Conceitos e Temas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 49-73.

HAESBAERT, Rogério. Morte e vida da região: Antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. ENCONTRO ESTADUAL DE GEÓGRAFOS, 22, 2002, Porto Alegre, **As Múltiplas Concepções da Questão Regional no Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: AGB, 2002a. p. 19-38.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002b.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 10ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou Desconstrução?** Questões da paisagem e tendências de regionalização. São Paulo: Hucitec, 1994.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: Pequena história crítica. 17ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, Razão e Emoção. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1997a.

SANTOS, Milton. Geografia. **O país distorcido**: o Brasil, a Globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002. p.81-83.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5º ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.

SANTOS, Milton *et al.* **O papel ativo da geografia**: um manifesto. Laboplan – FFLCH-USP, XXII ENG: Florianópolis, julho de 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCOTT, A. J. **Les régions et l'economie mondiale**. Paris: L'Harmattam, 2001.

SILVEIRA, M. L. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M. A. A. (Org.) **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003. Cap.24, p.408-416.

SIROEN, Jean-Marc. **La régionalisation de l'économie mondiale**. Paris: La Decouverte, 2000.

STORPER, Michael. Territorialização numa economia global: Possibilidades de desenvolvimento tecnológico comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p.13-26.

STORPER, M.; BENNET, H. Flexibilidade, Hierarquia e desenvolvimento regional. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. **As Regiões Ganhadoras**. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994. p.171-186.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a Perspectiva da Experiência. Tradução por Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Tradução por Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

VELTZ, Pierre. **Mondialisation, Villes et Territoires**. L'économie d'archipel. 2ª. Ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

Recebido em janeiro de 2004

Revisado em março de 2004

Aceito em abril de 2004